

**ESTUDO SOBRE O NÍVEL DE ATENDIMENTO AOS CRITÉRIOS DE  
EVIDENCIAÇÃO DO AJUSTE A VALOR PRESENTE NAS EMPRESAS DO SETOR  
DE BENS INDUSTRIAIS LISTADAS NA BM&FBOVESPA NOS ANOS DE 2010 A  
2014**

**LUCIANA CALCIOLARI GARDEZANI**

*FHO – Uniararas*

**IVAN CARLIN PASSOS**

*FHO – Uniararas*

**FERNANDA TORRES MACHADO**

*FHO – Uniararas*

**CÁSSIA DA SILVA JONAS**

*FHO – Uniararas*

**Resumo**

Tendo em vista a importância do Ajuste a Valor Presente como método de avaliação de ativos e passivos, que busca a forma mais adequada de se constatar e definir o valor do dinheiro no tempo, proporcionando desta forma maior relevância as demonstrações contábeis, o objetivo do estudo é analisar qual o grau de atendimento que as empresas do setor de Bens Industriais da BM&FBovespa referente ao período de 2010 a 2014 estão concedendo ao método, e o nível de transparência das informações disponibilizadas para seus usuários, principalmente externos, no que refere-se as alterações provocadas pelas leis 11.638/07 e 11.941/09. O estudo utilizou-se de uma metodologia com abordagem qualitativa descritiva, e foi destinado às 32 (trinta e duas) empresas do setor em destaque, através da análise e observância de suas Notas Explicativas e Balanços Patrimoniais, verificando os itens do Ajuste a Valor Presente atendidos por essas com os propostos pelo *Checklist* elaborado por meio do parágrafo 33 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 12, que trata do referido tema. Como resultado, encontra-se um cenário ainda um pouco precário em relação ao uso do método e sua correta divulgação perante os usuários das informações contábeis. Com isso, recomenda-se que estudos futuros analisem os outros segmentos da BM&FBOVESPA com o intuito de aprimorar a pesquisa sobre o tema.

**Palavras chave:** Evidenciação, CPC 12, Ajuste a Valor Presente, Notas Explicativas.

## 1 INTRODUÇÃO

As demonstrações contábeis visam atender as necessidades de seus usuários, dispondo para isso de duas características fundamentais em seus relatórios: a relevância e a fidedignidade, segundo a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro do Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC 00.

Nesse sentido, o Ajuste a Valor Presente proporciona informação com maior grau de relevância aos relatórios contábeis, evidenciando uma qualidade fundamental para seus usuários, principalmente os externos, que buscam maior transparência e confiabilidade para a tomada de decisões. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 12 (2008), o Ajuste a Valor Presente é um método para se avaliar ativos e passivos com o intuito de incrementar tais relatórios e propiciar melhorias para as análises de terceiros, buscando alternativas que representem com maior relevância o custo do dinheiro no tempo. Almeida (2010) enfatiza a grande dificuldade encontrada na contabilidade de conseguir mensurar as operações de maneira que estas tenham o tratamento correto no que diz respeito aos juros nas operações a prazo, com o intuito de assegurar o verdadeiro valor da operação.

Sendo assim, modificações ocorreram por meio das Leis 11.638/07 e 11.941/09 que alteraram alguns artigos da Lei 6.404/76, com o propósito de harmonizar e padronizar os relatórios contábeis, contribuindo para o avanço da contabilidade internacionalmente.

Conforme a referida lei citada acima, a 11.638/07, o método dispõe de fundamento para a sua aplicação, expresso em seus artigos 183 e 184, que diz respeito a ativos e passivos resultantes em operações de longo prazo, estes devem ser avaliados pelo método de Ajuste a Valor Presente, e ainda que dependendo da natureza da operação o desconto a valor presente deve ser aplicado também em operações de curto prazo.

Estudos foram realizados recentemente, como o de Araujo *et al.* (2011) e Lima *et al.* (2014) na qual buscaram averiguar o nível de atendimento aos critérios do Ajuste a Valor Presente nas empresas do setor de Construção e Transporte listadas na BM&FBovespa e no segmento de Exploração de Rodovias também listados na BM&FBovespa, respectivamente.

Dessa forma o objetivo do trabalho é analisar as demonstrações contábeis e verificar o nível de atendimento aos critérios de evidenciação ao Ajuste a Valor Presente nas empresas do setor de Bens Industriais listadas na BM&FBovespa nos anos de 2010 a 2014, diante do proposto nas Leis 11.638/07 e 11.941/09 e principalmente no Pronunciamento Técnico CPC 12.

Sendo assim, a importância da pesquisa consiste em verificar como as empresas do Setor de Bens Industriais listadas na BM&FBovespa estão atendendo o Pronunciamento Técnico CPC 12 e também a própria legislação vigente, denotando seu compromisso com as normas, e também com os interessados na qualidade e zelo que estão sendo aplicados aos relatórios das mesmas, além de contribuir dando continuidade e complementando estudos anteriores sobre o tema.

Portanto, com o propósito de dar continuidade e complementar as pesquisas anteriores sobre o tema este trabalho apresenta a seguinte questão de pesquisa: **Qual o nível de atendimento aos critérios de evidenciação que as empresas do setor de Bens Industriais listadas na BM&FBovespa nos anos de 2010 a 2014 estão dispensando ao Ajuste a Valor Presente?**

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

O conceito de Ajuste a Valor Presente não é recente, na obra de Fisher (1930), *The Theory of Interest*, o tema já era abordado. No entanto, destaca Moribe, Panosso e Marroni (2007) que na contabilidade seu mérito se deu principalmente após a Lei 9.249/95, que por meio dessa, no ano de 1996 as empresas brasileiras deixaram de identificar os efeitos provocados pela inflação em suas demonstrações contábeis, e perceberam a importância de se ajustar ao valor presente para melhor evidenciação e eficácia desses relatórios. Nesse contexto, complementa Martins (2010) que valores a vista ou a prazo deveriam ser ajustados a valor presente para evitar erros e imperfeições que podem distorcer o verdadeiro valor da operação.

Por isso, umas das alterações proposta pela Lei 11.638/07, é a obrigatoriedade de se utilizar o método para a avaliação de ativos e passivos conforme determina:

Art. 183. [...] VIII – os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante. [...]

Art. 184. [...] III – as obrigações, encargos e riscos classificados no passivo exigível a longo prazo serão ajustados ao seu valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante (BRASIL,2007,s/p).

Sendo assim, o método consiste em trazer a valor presente valores por meio de fluxos de caixa futuros de ativos e passivos de longo prazo através da utilização de uma taxa adequada de desconto, e para operações de curto prazo quando houver efeito relevante, possibilitando assim demonstrar o real valor da operação em relação ao tempo (FIPECAFI, 2010).

Essas alterações ocorreram com o intuito de melhorar as apresentações dos relatórios contábeis e também, segundo Ponte (2012) de proporcionar a harmonização destes através de uma linguagem singular e padrão, já que de acordo com Hendriksen e Van Breda (2011) os relatórios para serem relevantes devem auxiliar e fornecer aos usuários informações úteis para a tomada de decisões dos mesmos.

Segundo Iudícibus (2010, p.111) toda informação divulgada ao usuário precisa ser “justa, adequada e plena”, ou seja, o conteúdo deve ser relevante e significativa. Dessa forma a evidenciação do Ajuste a Valor Presente nos relatórios divulgados pelas empresas além de incrementar as informações por essas divulgadas é um método de mensuração responsável também por proporcionar maior relevância e fidedignidade, características fundamentais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 00, nesse sentido completa Fontana, Andrade e Macagnan (2013, p.67) “[...] a evidenciação é um dos objetivos básicos da contabilidade que garantem aos usuários as informações necessárias para a análise da situação econômico-financeira da empresa”.

## 2.1 Estudos anteriores

O ajuste a valor presente já foi tema de várias pesquisas anteriores, e em todos os estudos o aspecto relevante é a importância concedida ao método e o quanto é fundamental que esse seja incorporado nas operações e na divulgação das demonstrações contábeis. O quadro abaixo apresenta estudos que abordaram o tema:

**Quadro 1** – Estudos anteriores sobre o ajuste a valor presente (continua)

Autor	Ano	Resumo
Lima <i>et.al.</i>	2014	O estudo analisou a evidenciação dos critérios do ajuste a valor presente nas empresas do setor de Construção e Transporte da BM&FBovespa nos anos de 2008 a 2012, e como resultado obtiveram um baixo índice de evidenciação do método e um avanço pouco notável no decorrer dos anos analisados.

**Quadro 1** – Estudos anteriores sobre o ajuste a valor presente (continuação)

Autor	Ano	Resumo
Fontana, Andrade e Macagnan	2013	O estudo analisou a evidenciação do ajuste a valor presente de acordo com o CPC 12 nas empresas da BM&FBovespa, no ano de 2011, e ressaltaram que essas ainda tem que aprimorar a divulgação do método.
Silva, Soeiro e Araujo	2013	O estudo analisou o grau de aderência ao CPC 12 por parte das empresas listadas no segmento de governança corporativa Nível 1 da BM&FBovespa, em 2013, e concluíram que da amostra estudada mais da metade cita o método em suas notas explicativas, contudo poucas o retratam no balanço patrimonial.
Ponte <i>et. al.</i>	2012	O estudo analisou as práticas de divulgação do ajuste a valor presente pelas companhias listadas na BM&FBovespa relacionado aos níveis de governança corporativa, e não observou a relação entre ambos.
Araujo <i>et. al.</i>	2011	O estudo analisou as empresas do setor de Exploração de Rodovias da BM&FBovespa, no ano de 2009, e constataram que das poucas empresas que divulgaram o valor presente em suas notas explicativas foram de maneira incompleta e insuficiente.
Queiroz <i>et. al.</i>	2010	O estudo analisou se as empresas de aviação civil brasileira estão atendendo aos requisitos sobre o ajuste a valor presente diante do proposto pela Lei 11.638/07, e obtiveram como conclusão que essas ainda não estão totalmente adequadas as solicitações da legislação.

Fonte: Autoria Própria

Fica evidente, portanto, através desses estudos que o ajuste a valor presente necessita de uma atenção especial por parte das companhias. O baixo nível de evidenciação precisa ser superado para que os relatórios contábeis possam refletir a verdadeira realidade econômica dessas e possam auxiliar os usuários na tomada de decisão.

#### 4 METODOLOGIA

O estudo em questão apresenta como método uma pesquisa com abordagem qualitativa, que conforme Moresi (2003a) estabelece um contato entre o pesquisador e o mundo, proporcionando àquele, através de técnicas e práticas de interpretação e também da coleta de dados, uma visão abrangente das variáveis que produzem algum efeito sobre o que está sendo analisado. A mesma também possui um caráter descritivo, que ainda de acordo com Moresi (2003b) se refere a uma forma de expor determinadas características e especificações de uma amostra, assim como determinar possíveis fatores que a influenciam ou não em relação às variáveis exploradas.

Como material de pesquisa foram utilizados os relatórios e os demonstrativos das entidades, disponibilizados no site da BM&FBovespa, com uma amostra das 34 (trinta e quatro) instituições do Setor de Bens Industriais no período de 2010 a 2014, das quais 2 (duas) não apresentaram nenhum indício de utilização do Ajuste a Valor Presente, sendo portanto a amostra composta de 32 (trinta e duas) instituições.

A princípio foi realizada uma análise e observância dos dados contidos nas Notas Explicativas e no Balanço Patrimonial dessas empresas no que tange ao Ajuste a Valor Presente, e em seguida, os mesmos foram submetidos aos indicadores contidos no *checklist* abaixo (Quadro 2), elaborado através do item 33 do CPC 12, e já utilizado como modelo por pesquisas anteriores, primeiramente por Fontana, Andrade e Macagnan (2013) e, posteriormente, por Lima *et al.* (2014). Foram revisados cada um dos itens estabelecidos pelo *checklist*, de forma a verificar quais e quantos deles são contemplados pelas empresas. Este procedimento foi realizado para cada entidade, em cada período, de 2010 a 2014 através de seus relatórios divulgados no início de cada ano consecutivo ao analisado.

**Quadro 2 - Checklist dos Indicadores de Evidenciação**

Itens	Indicador	CPC 12 – AVP
1.	Notas Explicativas	Parágrafo 33
2.	Natureza dos fluxos de caixa (contratuais ou não)	Parágrafo 33 (a)
3.	Valor de entrada cotado a valor de mercado	Parágrafo 33 (a)
4.	Taxa de juros	
5.	Taxas de juros decompostas (juros e prêmio)	Parágrafo 33 (b)
6.	Montante dos fluxos de caixa estimados	Parágrafo 33 (b)
7.	Horizonte temporal estimado	Parágrafo 33 (b)
8.	Descrição do item objeto do avp	Parágrafo 33 (a)
9.	Premissas utilizadas pela administração	Parágrafo 33 (b)
10.	Modelos utilizados para cálculos de riscos e inputs	Parágrafo 33 (c)
11.	Descrição do método de alocação dos descontos	Parágrafo 33 (d)
12.	Procedimento adotado para acomodar mudanças	Parágrafo 33 (d)
13.	Processo de mensuração a valor presente	Parágrafo 33 (e)
14.	Motivação da administração	Parágrafo 33 (f)

Fonte: Fontana (2013), apud Lima *et al.*(2014).

Posteriormente, as informações coletadas foram organizadas em planilhas do Excel - Microsoft® Office 2013, por meio de tabelas que continham o nome das empresas, o ano

estabelecido e a quantidade de itens apresentados por estas, possibilitando averiguar o grau de importância e comprometimento das empresas e se houveram alterações nesses itens ao longo dos anos verificados.

Os critérios usados para a análise dos dados de cada empresa, em cada ano, foram: “critério atendido”, “critério não atendido” e “não se aplica”, os mesmos utilizados por Lima *et al.* (2014). O critério “não se aplica” se remete as instituições que não se utilizaram do método do ajuste a valor presente em suas operações.

## 5 ANÁLISE DE RESULTADOS

Esta fase do trabalho consiste na apresentação das análises efetuadas nas empresas do Setor de Bens Industriais, em cada ano, no período de 2010 a 2014.

A amostra da análise foi composta por 34 (trinta e quatro) instituições, porém 2 (duas) não deixaram claro em notas explicativas nenhuma evidência quanto a utilização do método do ajuste a valor presente, 1 (uma) empresa passou a evidenciar o método em seus relatórios a partir do ano de 2011, e 1 (uma) teve suas demonstrações divulgadas somente a partir do ano de 2012, quando da abertura do seu capital. Desta forma, o estudo em questão teve como base a análise de 32 (trinta e duas) empresas.

As Figuras 1, 2, 3, 4 e 5, a seguir, demonstram o percentual de atendimento dos itens que compõe o *checklist* (Quadro 2), apresentado na Metodologia deste trabalho, a serem divulgados pelas empresas em seus relatórios e notas explicativas, referente ao método do Ajuste a Valor Presente, nos respectivos anos de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014.

O item 1, não apresentado nas Figuras de 1 a 5, é relativo a evidenciação do método em notas explicativas, e serviu de base para a elaboração dos percentuais dos demais itens, sendo demonstrado na Figura 6, com uma análise temporal do nível de evidenciação do ajuste a valor presente pelas empresas integrantes da amostra em suas notas explicativas.

### 5.1 O ano de 2010

Das empresas analisadas no estudo, foi possível constatar que 84% (27) delas (Figura 6), apresentaram em seus relatórios e notas explicativas alguma informação relativa ao ajuste a valor presente, 10% (3) afirmaram não utilizar o método diante do fato de inexistência de necessidade de sua aplicação nas operações das mesmas, e 6% (2) não apresentaram nenhuma evidência quanto à utilização e aplicação do método. Desta forma, os percentuais de atendimento aos itens descritos no *checklist* terão como base as 27 empresas que demonstraram de algum modo utilizar o método, no ano de 2010.

Os itens mais atendidos dizem respeito à descrição do item objeto do ajuste a valor presente e a taxa de juros, com 78% (21) e 70% (19) (Figura 1), respectivamente, estes percebidos, com mais frequência devido às operações de arrendamento mercantil e aos empréstimos e financiamentos possuídos pelas entidades.

Apesar de um número considerável de empresas apresentarem a taxa de juros, nenhuma atendeu ao item 5 (Figura 1), já que não evidenciaram a taxa de juros de forma decomposta (juros e prêmio), uma situação semelhante a constatada por Lima *et al.* (2014), onde nenhuma

das instituições, (Construção e Transporte), componentes de sua amostra evidenciaram o referido item em seus relatórios, no período de 2008. Outro item não descrito em notas explicativas por nenhuma foi o item 6 (Figura 1), referente ao montante dos fluxos de caixa estimados, apesar de ambos serem considerados como o mínimo de informação a ser divulgada em notas explicativas para o melhor entendimento e compreensão dos ativos e passivos da empresa por parte dos seus usuários, segundo o Pronunciamento Técnico CPC 12.

Neste ano a instituição que atendeu a mais itens do *checklist* proposto (Quadro 2) foi a Forjas Taurus S.A. (Armas e Munições), com 10 itens atendidos.

**Figura 1:** Itens do Ajuste a Valor Presente atendidos no ano de 2010 (%)

Fonte: Autoria Própria.

Assim, foi possível perceber por meio da Figura 1, que além dos itens 5 e 6, que não foram evidenciados por nenhuma empresa neste ano, o item 7, que trata do horizonte temporal estimado, foi o menos divulgado por elas.

## 5.2 O ano de 2011

No ano analisado, as empresas que apresentaram em suas notas explicativas alguma informação em relação ao método do ajuste a valor presente foram um total de 84% (27) conforme Figura 6, e 15% (4) das organizações atenderam ao critério “não se aplica”, não demonstrando evidência da utilização do método, este último maior que o percentual obtido no ano passado.

Das 27 empresas tidas como base para aplicação dos percentuais neste ano, uma porcentagem expressiva, 67% (18) apresentaram a natureza dos fluxos de caixa, e 81% (22) dispuseram em seus relatórios a descrição do item objeto do ajuste a valor presente (Vide Figura 2).

Os itens 12, 13 e 14, que se refere a procedimentos, processo de mensuração, e motivação da administração, se mantiveram os mesmos em comparação com o ano anterior,

apresentando percentuais baixos, de 15% (4), 33% (9) e 15% (4), respectivamente (Figura 2). Isso denota a falta de comprometimento, tanto com o descrito pelo Pronunciamento Técnico CPC 12, quanto para com os usuários externos, interessados na transparência dessas informações.

O item que corresponde ao horizonte temporal estimado foi o menos atendido, com apenas 7% (2) (Figura 2), sendo descrito apenas pelas empresas, Fras-le S.A. (Material Rodoviário) e Plascar Participações Industriais S.A. (Material Rodoviário).

**Figura 2:** Itens do Ajuste a Valor Presente atendidos no ano de 2011 (%)

Fonte: Autoria Própria.

Na Figura 2 nota-se que o item 7, referente ao horizonte temporal estimado, foi o menos divulgado pelas empresas, e o item 8 o que apresentou maior divulgação. Os itens 5 e 6, que falam da taxa de juros decomposta e do montante dos fluxos de caixa estimados, não foram apresentados por nenhuma das empresas neste ano, se assemelhando ao descrito por Fontana, Andrade e Macagnan (2013), que constataram que todas as empresas do setor varejista, analisadas no período de 2010 a 2012, deixaram de evidenciar, em todos os anos analisados algum item referente ao método.

### 5.3 O ano de 2012

Em 2012, 88% (28) das empresas (vide Figura 6) demonstraram algum indício de utilização do ajuste a valor a presente em seus relatórios, percentual que quase não sofreu alteração em relação aos dois últimos anos, e 13% (4) não se utilizaram do método em suas operações, por não o considerarem como relevante em relação aos saldos das contas dos seus ativos e passivos. Têm-se, desta forma, 28 empresas como base para aplicação dos percentuais em 2012.

O item mais relevante neste ano foi o 6, que se refere ao montante dos fluxos de caixa estimados, apresentado por apenas 1 (4%) empresa (Figura 3), a Inepar S.A. (Máquinas e



Equipamentos Industriais), percentual que cresceu em relação aos períodos passados, onde nenhuma empresa o havia divulgado.

Em relação ao item 9, que trata das premissas utilizadas pela administração, 59% (16) dispuseram o mesmo em seus relatórios, expondo as bases consideradas adequadas para a aplicação do método, conforme julgamento da Administração (Figura 3).

**Figura 3:** Itens do Ajuste a Valor Presente atendidos no ano de 2012 (%)

F

Fonte: Autoria Própria.

Analisando a Figura 3 constatou-se que o item 6, que se refere ao montante dos fluxos de caixa estimados, foi o menos divulgado pelas empresas, e o item 8, referente ao objeto do ajuste a valor presente foi o que apresentou o maior percentual de divulgação.

Em relação aos demais itens integrantes da Figura 3, foi possível perceber que grande parte deles se mantiveram iguais, sofrendo alterações irrelevantes ao longo dos anos em questão, além disso, o item 5 que trata da taxa de juros decomposta não foi divulgado por nenhuma empresa, demonstrando um descumprimento quanto aos itens do ajuste a valor presente a serem divulgados pelas organizações conforme o Pronunciamento Técnico CPC 12.

#### **5.4 O ano de 2013**

No presente ano de 2013, 94% (30) empresas evidenciaram o ajuste a valor presente em suas notas explicativas, segundo a Figura 6, maior percentual atingido em comparação com todos os anos, enquanto que somente 6% (2) afirmaram não aplicar o método em suas

operações. Sendo assim, 30 instituições compuseram a base para aplicação dos percentuais deste ano.

A entidade que divulgou mais itens do *checklist* não só em 2013, como em todos os períodos foi a Forjas Taurus S.A., com 10 dos itens propostos, em cada ano.

O item 9 que se refere as premissas utilizadas pela administração aumentou para 63% (17), e foi o maior em comparação com os três últimos anos. Outro item que também apresentou aumento foi o 11 que aborda a descrição do método de alocação dos descontos, com 52% (14) das empresas. Alguns itens se mantiveram iguais, como o 12, procedimento para acomodar mudanças, com 15% (4), o 13, processo de mensuração do método, com 33% (9), o 14, motivação da administração, com 15% (4) e o item 10, modelos para cálculos de riscos e inputs com também 15% (4) (Figura 4).

O item 7, referente ao horizonte temporal estimado, teve um aumento neste ano de 2013, ainda que pouco perceptível, com 11% (3) das empresas, conforme observado na Figura 4.

**Figura 4:** Itens do Ajuste a Valor Presente atendidos no ano de 2013 (%)

Fonte: Autoria Própria.

Analisando a Figura acima constatou-se que o referido ano de 2013 foi o que mais evidenciou os itens do ajuste a valor presente dentre todos os anos. O item referente ao montante dos fluxos de caixa estimados foi o de menor evidenciação, contra o item 8 que novamente foi o mais evidenciado.

## 5.5 O ano de 2014

Por fim, no ano de 2014, 91% (29) das empresas (Figura 6) evidenciaram o ajuste a valor presente em suas notas explicativas, dados menores que os obtidos no ano anterior. Sendo assim, um percentual de 7 % (2) das organizações enquadraram-se no critério “não se aplica”. Portanto utilizou-se 29 empresas como base para a aplicação dos percentuais contidos na Figura 5.

Os itens mais atendidos este ano foram, o item 8 com 78% (21), que se manteve o mesmo do ano anterior, o item 2 com 67% (18) que apresentou um pequeno decréscimo, e os itens 4 e 9 com 63% (21) das empresas. Em relação ao item 12, relativo ao procedimento adotado para acomodar mudanças, em todos os anos verificados seu percentual se manteve inalterado.

Na Figura 5, nota-se que os itens relativos ao montante dos fluxos de caixa estimados, e horizonte temporal estimado foram os menos atendidos nesse ano, e também nos anos anteriores, mesmo possuindo um aumento sucinto no decorrer dos mesmos. Em relação ao item 5, conclui-se que em todo o período analisado, de 2010 a 2014, este não foi apresentado por nenhuma empresa.

**Figura 5:** Itens do Ajuste a Valor Presente atendidos no ano de 2014 (%)

F

Fonte: Autoria Própria.

Através da análise dos itens avaliados constatou-se que os percentuais de informações disponibilizadas sofreram oscilações mínimas de um período para o outro, o que indica que a maioria das organizações do setor de Bens Industriais não está atendendo totalmente aos itens do Pronunciamento Técnico CPC 12, com o intuito de melhorar a qualidade das informações por elas apresentadas, uma vez que existem itens com um percentual de divulgação muito baixo, menor que 10%. Esta constatação está em consonância com os resultados obtidos por Araújo *et. al.* (2011), que analisou as empresas do setor de Exploração de Rodovias, no ano de 2009, e concluiu que a divulgação do ajuste a valor presente pelas mesmas se deu por meio de informações incompletas e por vezes em demasia sucintas.

### 5.5 Nível de Evidenciação em Notas Explicativas

A Figura 6, se refere ao item 1 do *Checklist* (Quadro 2), indicado pela divulgação do ajuste a valor presente em notas explicativas, e possibilita a comparação sobre a evolução deste item no decorrer dos anos analisados.

**Figura 6:** Análise Temporal do Nível de Evidenciação em Nota Explicativa (%)

Fonte: Autoria Própria.

Com base na Figura 6, percebe-se uma crescente evolução das empresas, ao longo dos anos quanto à divulgação do método em seus relatórios, e uma leve queda de 2013 para 2014, mesmo assim, nestes dois últimos anos, o percentual de divulgação foi maior que 90%, fator extremamente positivo, em relação a este item.

## 6 CONCLUSÃO

O objetivo deste estudo foi analisar o grau de atendimento aos critérios de evidenciação do ajuste a valor presente conforme proposto pelo Pronunciamento Técnico CPC 12 pelas empresas do setor de Bens Industriais da BM&FBOVESPA, no período de 2010 a 2014.

Assim, constatou-se que o item 1 (um), foi o mais atendido em todos os anos, apresentando um breve aumento no decorrer do período, conforme demonstrado também no estudo de Lima *et.al.*, indicando que a maior parte das empresas está divulgando o ajuste a valor presente em suas notas explicativas. O segundo item mais divulgado diz respeito ao objeto do ajuste a valor presente, que se manteve estável em todos os anos. O item referente à natureza do fluxo de caixa também mostrou um grau significativo de atendimento pelas empresas, devido principalmente a contratos de arrendamento mercantil.

Já em relação à taxa de juros, esta foi bem divulgada nas notas explicativas, contudo, o item que apresenta a decomposição dela é nulo em todos os anos analisados, demonstrando que as informações divulgadas foram incompletas perante o proposto pelo Pronunciamento Técnico CPC 12 e com os usuários desses relatórios. Outros itens poucos evidenciados foram os relacionados ao montante do fluxo de caixa e ao horizonte temporal, que apresentaram pouca divulgação em todo o período analisado. Em relação à divulgação dos modelos de cálculos utilizados, fator decisivo de informação, a evidenciação foi realizada por poucas empresas e não ocorreu aumento conforme o decorrer dos anos.

Portanto, conclui-se por meio deste estudo, que as empresas do Setor de Bens Industriais, não estão atendendo plenamente ao Pronunciamento Técnico CPC 12, pois em todos os anos as informações divulgadas foram incompletas e insuficientes, muitas vezes assemelhavam-se a cópias de períodos passados, desprovidas de informações cruciais para os usuários das informações contábeis, corroborando com os resultados encontrados por Araújo *et. al.*

Desta maneira, sugere-se uma maior atenção por parte das empresas em relação às informações por elas divulgadas, com o intuito de acrescentar um conteúdo mais completo e detalhado para o usuário da informação contábil. Além disso, propõe-se que estudos futuros deem continuidade ao assunto, por meio da análise dos outros segmentos da BM&FBOVESPA e sua observância ao ajuste a valor presente.

O estudo limita-se pelo julgamento subjetivo dos integrantes em relação aos itens do CPC 12, quanto à divulgação do Ajuste a Valor Presente pelas empresas apresentadas na pesquisa.

## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Manual Prático de Interpretação Contábil da Lei Societária**. São Paulo, Atlas, 2010. 269 p., 28 cm.

ARAÚJO, T.S. et al. Ajuste a valor presente de acordo com a lei 11.638/07: uma análise setorial do segmento de exploração de rodovias. In: CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS & INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 4., 2011, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2011. Disponível em: <<http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/anais/4CCF/20101216173100.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

BOVESPA; Bolsa de Valores do Estado de São Paulo. Disponível em:<

<http://www.bovespa.com.br/Principal.asp>>. Acesso em: 15 set. 2015.

BRAGA, Hugo Rocha; ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Mudanças Contábeis na Lei Societária**: Lei n. 11.638, de 28-12-2007. São Paulo: Atlas, 2009. 305 p.

BRASIL. Lei Nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm)>. Acesso em: 14 set. 2015.

BRASIL. Lei nº. 11.941, de 27 de maio de 2009. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que específica; institui regime tributário de transição, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm)>. Acesso em 18 jun. 2015.

BRASIL. Lei nº6.404, de 15 de dezembro de 1.976. Dispõe sobre as Sociedade por Ações.

**Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6404consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm)>. Acesso em: 14 ago. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF.

Disponível:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9249.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9249.htm)>. Acesso em: 09 de set. de 2015.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento Técnico CPC 00 (R1)**: Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação do Relatório Contábil-Financeiro. Disponível em: <

[http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/06/cpc\\_pronunciamentos\\_2012\\_web.pdf](http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/06/cpc_pronunciamentos_2012_web.pdf)>. Acesso feito em: 08 de set. de 2015.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento técnico CPC 12**: Ajuste a Valor Presente. Brasília, 2008. Disponível em:

<[http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/06/cpc\\_pronunciamentos\\_2012\\_web.pdf](http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/06/cpc_pronunciamentos_2012_web.pdf)>. Acesso em: 18 out. 2015

ERNST&YOUNG. FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS (FIECAFI). **Manual de Normas Internacionais de Contabilidade: IFRS versus Normas Brasileiras**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 415 p.

FISHER, Irving. **The theory of interest**. Augustus Kelley, Publishers, New York, 1965.reprint 1930.

- FONTANA, F. B., ANDRADE, A. F., MACAGNAN, C. B. (2013). Um Estudo sobre o Ajuste a Valor Presente nas Empresas Listadas na BM&FBovespa. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online)**, Rio de Janeiro, v. 18, n.1, p. 62-80, jan./abr. Disponível em: <  
<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/5887/4260>>. Acesso em: 5 ago. 2015.
- HENDRIKSEN, Eldon S. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2011. 550 p.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. **Manual de Contabilidade Societária**: aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010. 794 p.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 346 p.
- LIMA, M.D.X. et al. Um estudo sobre o nível de atendimento aos critérios de evidenciação do Ajuste ao Valor Presente nas empresas do setor de Construção e Transporte listadas na BM&F Bovespa. In: INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 11., 2014, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2014, 16p. Disponível em: <  
<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos142014/503.pdf>>. Acesso em 3 abr. 2015.
- MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 297 p.
- MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 370 p.
- MORESI, Eduardo Amadeu Dutra. **Metodologia de Pesquisa**. Universidade Católica de Brasília – UCB, 2003. Disponível em:  
<<http://www.inf.ufes.br/~falbo/files/MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2015.
- MORIBE, A. M.; PANOSSO, A.; MARRONI, C. H. Um enfoque sobre correção monetária integral e Ajuste a Valor Presente em conformidade com as normas internacionais de contabilidade. **Enfoque: Reflexão Contábil**, Maringá, v. 26, n. 1, p. 17-28, jan./abr. 2007. Disponível em: < <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/3577/4342>>. Acesso em: 14 out. 2015.
- PONTE, Vera Maria Rodrigues; OLIVEIRA, Marcelle Colares; CAVALCANTE, Danival Sousa; DE LUCA, Márcia Martins Mendes. Análise das práticas de divulgação do ajuste ao valor presente pelas companhias listadas na BM&FBovespa. **Revista Universo Contábil**, FURB, Blumenau, v. 8, n. 1, p. 53-69, jan./mar., 2012. Disponível em: <  
<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/2173>>. Acesso: 17 set. 2015.
- QUEIROZ, Lísia de Melo; OLIVEIRA, Elizabet Rodrigues de; MEDEIROS, Camilla Alves de; MOURA, Alexandra Barcelos de. Ajuste a Valor Presente solicitado pela Lei nº 11.638/07: Um estudo com as empresas de aviação civil brasileira em 2008. Anais eletrônicos... 10º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, São Paulo, 2010. Disponível em: < <http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos102010/243.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2015.

SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo. Contabilidade Societária. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 484 p., 24 cm.

SILVA, R. C. ; SOEIRO, T. M. ; ARAÚJO, João Gabriel Nascimento . Um estudo da adequação ao Pronunciamento Técnico CPC 12 Ajuste a Valor Presente de empresas brasileiras listadas no segmento nível 1 (n1) de Governança Corporativa da BM&FBovespa.

**RBC: Revista Brasileira de Contabilidade**, v. 43, p. 45-53, 2014.